

FEF não é prioridade, admite governo

Parente argumenta que negociação pode ficar para depois, já que o fundo prevalece até 99

IRANY TEREZA

BRASÍLIA – O governo ainda não decidiu retirar o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) do projeto de ajuste que será encaminhado ao Congresso, mas já admite que a proposta não está na lista de prioridades para a negociação. “O FEF vai”, disse ontem o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. “O problema é que o fundo ainda prevalece até o ano que vem e, evidentemente, numa ordem de prioridades, essa não é a primeira.”

Parente evita listar as medidas negociáveis do plano, embora deixe claro que o governo esteja disposto a ceder no que for necessário para manter o objetivo do esforço fiscal de R\$ 28 bilhões para 1999. “Não podemos impor ao Congresso coisas do seguinte tipo: ‘isso é negociável’”, disse o secretário, lembrando que a aprovação do ajuste é estrutural e importante para permitir que as taxas de juros caiam “rapidamente”.

“É preciso entender que o objetivo básico e fundamental é fazer o que tem de ser feito de uma única vez, fazer logo para nos livrarmos desse peso e podermos crescer com a velocidade que precisamos”, salientou Parente. Por decisão do ministro da Fazenda, Pedro Malan, ele não voltará agora a Washington para fechar o acordo

com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A missão será chefiada pelo secretário de Política Econômica do ministério, Amaury Bier. Parente permanecerá no País e será o articulador das discussões com os parlamentares.

Ele reconhece as resistências, mas aponta como fato positivo não ter havido objeções ao plano no aspecto estrutural. “Sobre o plano de ação para o triênio de 1999 a 2001, entendemos que são medidas duras, e não gostamos de algumas delas, como a elevação da CPMF, mas são necessárias.” E reafirmou a disposição do governo em negociar. “Nossa obrigação é explicar, discutir e mostrar as razões que fazem do programa um instrumento importante para que possamos resolver de uma vez por todas a questão fiscal no País.”